

RECORTES DECOLONIAIS NO MANUAL DIDÁTICO *SOCIOLOGIA EM
MOVIMENTO*

Weverthon de Lannes Peralta*
Luiz Felipe Bon**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa sobre decolonialidade em materiais didáticos de Sociologia, tendo como objeto de estudo a obra *Sociologia em Movimento*. Este trabalho compõe um dos cinco primeiros Projetos de Iniciação à Docência do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) do curso de Ciências Sociais, que foi realizado entre os meses de setembro de 2020 e fevereiro de 2021. Ele conta com a interpretação de um discente preto da Licenciatura em Ciências Sociais do Colégio Pedro II. Durante o processo de pesquisa, além da análise do material, foram feitas cinco entrevistas, sendo quatro delas com autores do manual didático analisado e uma com a educadora indígena Tamikuã Pataxó que compartilha todo seu conhecimento enquanto professora e diretora de um colégio indígena. A análise das atividades realizadas permitiu observar de forma qualificada presenças e ausências da perspectiva decolonial nos debates presentes no manual didático estudado. As experiências das pessoas entrevistadas fizeram com que este estudo se tornasse mais preciso em seus objetivos, visto que a cosmopercepção de vozes plurais, principalmente negras e indígenas, é a centralidade e o progresso do pensamento decolonial.

Palavras-chave: Sociologia decolonial; Decolonialidade; Manual didático; Iniciação à docência.

Abstract: This article aims to present the results of a research on decoloniality in sociology teaching materials. This work is one of the first five Teaching Initiation Projects at Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) of the Social Sciences course, which was carried out between September 2020 and February 2021. It shows the interpretation of a black student from the Integrated Degree in Humanities at Colégio Pedro II. During the research process, five interviews were conducted, four of them with the authors of the analyzed textbook and one with the indigenous educator Tamikuã Pataxó, who shares all her knowledge as a teacher and director of an indigenous school. The activities carried out made explicit the lack of a decolonial perspective in the debates present in the studied textbook. The interviewed people's experiences made this study more precise in its objectives, since the cosmoperception of plural voices, mainly black and indigenous, is the centrality and progress of decolonial thought.

Keywords: Sociology decolonial; Decoloniality; Teaching material; Teaching initiation.

* Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Colégio Pedro II. Registro aqui o meu enorme agradecimento aos quatro autores entrevistados durante o processo de pesquisa e que dedicaram seu tempo e comprometimento com este projeto. Manifesto meu especial agradecimento ao meu orientador Luiz Felipe Bon, que me abriu a possibilidade de todas essas reflexões e aprendizado, à educadora indígena Tamikuã Pataxó, que se tornou luz e inspiração para minha trajetória docente e aos meus irmãos e irmãs do Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus que me acolheram, deram apoio e me abraçaram desde o começo. Dedico todo esse trabalho à memória da minha avó Alair Francisca Correia Barbosa que segue comigo em todos os momentos, apesar de sua passagem em 2019.

** Cientista Social pela UFF. Mestre em História pela UERJ. Doutor em Educação pela Universidade Americana. Professor e pesquisador do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.
Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 28, 2º sem. 2021, p. 83-97

Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada no primeiro Projeto de Iniciação à Docência do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) entre os meses de setembro de 2020 e fevereiro de 2021, intitulado “Leituras preliminares de recortes decoloniais nos manuais didáticos de Sociologia na escola básica” e orientado pelo Prof. Dr. Luiz Felipe Bon. O trabalho tem por objetivo apresentar a prática, dados levantados e conclusões que foram sintetizadas durante o processo de pesquisa, para assim analisar os efeitos causados pela ausência do debate decolonial na obra. Além disso, busca-se dar voz e fortalecer a luta por uma Sociologia decolonial contra variados aspectos hegemônicos dentro das Ciências Sociais, o que foi imposto pelos grandes centros de pesquisa do ocidente ao longo do século XX, com o intuito de silenciar, anular e invisibilizar outras formas de saberes científicos que foram e são produzidos por povos subalternizados (WALSH, OLIVEIRA e CANDAU, 2018).

A obra *Sociologia em Movimento* (SILVA *et al.*, 2016) conta em sua segunda edição com um coletivo de 17 autores e autoras formados em Ciências Sociais, em sua maioria atuando na escola básica. O livro se propõe a desenvolver criticamente o pensamento e a cosmopercepção dos estudantes do Ensino Médio, enquanto acompanha professores e professoras na prática docente, muitas vezes facilitando a compreensão de temas sociológicos, antropológicos e da Ciência Política. A obra *Sociologia em Movimento* (SILVA *et al.*, 2016) foi escolhida para esta pesquisa por ser o manual didático de Sociologia mais adotado pelas escolas públicas de todo o Brasil, assim, a análise seria feita a partir do material utilizado por uma grande parte dos estudantes do país.

Definimos como prioridade a avaliação de três capítulos para reconhecer a ausência de abordagens decoloniais dentro do livro didático *Sociologia em Movimento* (SILVA *et al.*, 2016). Neste artigo, iremos concentrar nossa análise nos capítulos: *Raça, etnia e multiculturalismo* (capítulo cinco), *Poder, política e Estado* (capítulo seis) e *Movimentos sociais* (capítulo oito). Contudo, o livro por inteiro acabou sendo observado neste estudo para que as críticas fossem feitas de maneira mais abrangente, ainda que os três capítulos citados acima tenham sido os mais importantes para o andamento do projeto.

Além da análise do livro, realizei entrevistas com quatro autores da obra didática *Sociologia em Movimento* (SILVA *et al.*, 2016), sendo eles dois homens e duas mulheres com

formação acadêmica bastante diferenciada¹. A oportunidade de um diálogo com alguns autores proporcionou o entendimento da proposta geral da obra, a compreensão de características de um livro didático no modelo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os desafios de escrever uma obra didática no país como, por exemplo, a falta de incentivo, e também de forma geral trouxe uma reflexão sobre a formação acadêmica dos professores de Sociologia, principalmente dos autores do manual didático. Todos esses tópicos foram extremamente importantes para o desenvolvimento das análises presentes neste artigo e contribuíram para sua conclusão.

Também entrevistei a educadora indígena e diretora do Colégio Estadual indígena da Aldeia Pataxó Craveiro “Aksã Pataxó” localizado no município de Prado no estado da Bahia. Travei um fértil diálogo com Tamikuã Pataxó, de 46 anos, formada nos cursos de Pedagogia (ULBRA) e Ciências da Vida e da Natureza (UFMG), que fez questão de ser identificada neste artigo, pois segundo ela, são nesses espaços e brechas que Tamikuã consegue dar voz ao seu povo e sua cultura e por isso apresento seu nome. Foi de extrema importância para esta pesquisa o contato que tive com esta educadora. A partir dela tive a oportunidade de construir um olhar crítico sobre o posicionamento dos autores perante as temáticas raciais abordadas e de desenvolver uma consciência racial acerca dos povos indígenas do país.

A partir da pesquisa com o material e dos depoimentos, este artigo buscou de forma aprofundada concentrar sua análise nos efeitos da ausência do debate decolonial na obra, apontando o quão prejudicial essa invisibilização se torna quando o público não se vê incluído nos debates sociológicos, buscando assim contribuir para o campo de estudo de materiais didáticos em Sociologia, para que a decolonialidade seja tratada de forma qualificada nos manuais didáticos.

Inicialmente, foram realizadas leituras preliminares de algumas obras que estruturaram o pensamento desenvolvido durante a pesquisa. A principal foi *Sociologia em Movimento* (SILVA *et al.*, 2016), que é o material observado neste estudo, porém, outros livros foram fundamentais para essa análise, por exemplo a obra de bell hooks intitulada *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (hooks, 2017). Esta última obra serviu como instrumento de análise para refletir sobre como os estudantes se enxergam a partir do que

¹ Por questões éticas e preservação de identidade, os nomes desses entrevistados serão substituídos por letras e serão referidos no masculino.

é apresentado como conteúdo em sala de aula e como esse conteúdo pode ser fundamental para a construção de mentes e ideias questionadoras. Destaco a seguir um trecho que revela a percepção de hooks sobre a educação na formação dos indivíduos:

Tivemos de lembrar a todos, várias vezes, que nenhuma educação é politicamente neutra. Mostrando que o professor branco do departamento de literatura inglesa que só fala das obras escritas por “grandes homens brancos” está tomando uma decisão política (...) muitos alunos, especialmente os de cor, não se sentem “seguros” de modo algum nesse ambiente aparentemente neutro. É a ausência do sentimento de segurança que, muitas vezes, promove o silêncio prolongado ou a falta de envolvimento dos alunos (2017, p. 53-56).

Levando isso em consideração, entendemos que, segundo hooks, é preciso apresentar aos estudantes elementos que os representem e suscitem neles a vontade de se relacionar com um novo conhecimento. As análises de livros didáticos trazem à tona o debate sobre o modelo de produção adotado por seus autores, os temas que estão sendo abordados em cada obra, a forma que esses temas são apresentados e o possível impacto causado aos estudantes. Esses quatro pontos que normalmente são observados nas críticas, podem servir como referencial para o pensamento de hooks. Na ocasião em que essa insegurança se torna uma realidade pela falta de diálogo do conteúdo estudado com os discentes, a sala de aula passa a ser um ambiente degradante ao invés de transformador, principalmente quando os alunos estão inseridos em uma realidade social e racial marginalizada. Ao analisar a obra didática *Sociologia em Movimento* (SILVA *et al.*, 2016) é possível contribuir para a construção de um panorama sobre como certos assuntos chegam – ou nesse caso, não chegam – nas escolas públicas do Brasil. A contribuição de estudos sobre decolonialidade em manuais didáticos pode de alguma forma evidenciar a necessidade urgente da inclusão desta temática nas obras. Nas quatro entrevistas realizadas foi possível observar o interesse e comprometimento do coletivo de autores em escrever uma obra qualificada, acessível, didática, por meio das mãos de docentes da escola básica inseridos na rotina da sala de aula, abordando temas que nem sempre estavam presentes em outras obras didáticas de Sociologia para o Ensino Médio. O entrevistado B apresenta os seguintes relatos:

O coletivo de 19 autores que assinou a 1ª edição e os 17 da 2ª se investiu na tarefa de escrita coletiva a muitas mãos em uma obra didática, isso é uma marca diferencial com relação a outras obras que foram aprovadas nos editais do PNLB de 2015 e 2018, fizemos isso sem termos passado por um processo formativo para tal, aprendemos a fazer fazendo, isso explica em partes as lacunas do livro e também os aprendizados que desenvolvemos no processo de estudo e pesquisa para escrita, escolha de imagens, elaboração de exercícios e demais atividades que integram a obra.

1. A visão decolonial sobre o colonial

A perspectiva de uma Sociologia Decolonial em sala de aula é indispensável quando pensamos a realidade social brasileira, porém este debate acaba se tornando coadjuvante nas discussões escolares. Um exemplo que concretiza essa falta de diálogo dentro de alguns assuntos encontra-se no capítulo seis, *Poder, política e Estado*. Esse capítulo aborda discussões extremamente relevantes sobre formas do exercício de poder, sistemas de governo, formas de participação política, relações de poder, etc. Também é exposto em pequenos boxes e de maneira bem direta os pensamentos de autores da teoria política clássica, dentre eles, os de Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes e Adam Smith. Mas o destaque se dá quando o capítulo apresenta a discussão sobre a formação do Estado brasileiro, assunto que se estende em sete temas: se inicia no Período colonial e passa por Período imperial, República Velha, A Era Vargas, Democracia populista, A ditadura militar antes de encerrar em Nova República. O interessante de se observar nesse debate é que toda essa cronologia é feita sem levar em consideração o papel dos negros e indígenas na formação do Estado brasileiro.

As ausências que chamam atenção residem sobre a organização política indígena e negra. Vale lembrar que o Brasil possui atualmente 305 etnias indígenas. É no mínimo intrigante perceber que um capítulo que debate política de uma forma tão interessante não possua uma linha sequer sobre organização política indígena. Estudantes indígenas de quaisquer etnias, ao terem contato com este capítulo, podem sentir a existência de sua cultura apagada. Nenhuma figura de pessoas negras ou indígenas é apresentada como liderança política no capítulo – esse é outro ponto instigante, não é viável evidenciar lideranças políticas negras num país que foi construído com o sangue dessa população?

Ainda no capítulo seis, é exposto um box com o nome “O Estado é uma instituição política necessária?”. Nesse box se encontram as únicas duas vezes em que a palavra “indígena” é citada ao longo das trinta e três páginas. A discussão aborda o pensamento do antropólogo branco francês Pierre Clastres. É rapidamente apresentada a ideia central da obra *A Sociedade contra o Estado*, do referido autor, e os indígenas são citados apenas como objeto de estudo de Clastres sobre composições sociais ameríndias. Neste sentido, nem nesse espaço temas de organização política indígena são aproveitados.

Retomando a análise de bell hooks, podemos entender essas ausências como uma decisão política. Efetivamente, intencionalmente ou não, essa escolha afeta o desenvolvimento

intelectual, espiritual (nos termos de hooks, 2017) e crítico dos estudantes: os autores do material didático, ao não se proporem a apresentar os estudos decoloniais que são extremamente importantes em diversos assuntos, estão anulando a oportunidade de um aprendizado decolonial através de sua obra.

Nesse desafio de produzir coletivamente essa obra, o entrevistado C afirma que a obra não se propunha a ser eminentemente decolonial e reconheceu que efetivamente acabava sim, muitas vezes, por adotar uma perspectiva eurocêntrica:

Tem uma questão metodológica que deve ser levada em consideração, fazer uma avaliação do ponto de vista decolonial de um livro que os autores não se propõem a serem decoloniais eu acho que é uma questão para você refletir, é claro que você tem todo direito de revisar a história e dizer ‘olha, essa perspectiva aqui é eurocêntrica’ e eu acho que sua conclusão vai levar a isso.

Os efeitos dessa perspectiva eurocêntrica podem ser observados de diferentes formas durante a pesquisa, desde a problemática do uso de algumas imagens, até a carência de temas abordados na obra, a perspectiva eurocêntrica também está profundamente atrelada à formação dos professores de Sociologia. Na entrevista com o informante B, debatemos a falta de temáticas decoloniais da obra, as imagens que a compõem e outros assuntos relevantes para esta pesquisa, entre eles os currículos das instituições que formaram os autores em suas etapas de graduação e pós-graduação – ao todo, são dezessete pessoas, a maioria de homens brancos com formação no estado do Rio de Janeiro. Desde que as Ciências Sociais conquistaram um espaço no ensino superior do Brasil, elas estiveram carregadas de referenciais coloniais, dando pouco espaço para debates anticoloniais. Este fato foi apontado pelo informante B, que sublinhou a enorme interferência deste currículo e de seus respectivos saberes:

Nós nos formamos em geral no final da década de 1990 ou início da primeira década de 2000, a maioria entre 1995 e 2000, qual foi o acesso de informação que tivemos na nossa formação na faculdade? Eu não estudei nenhum autor preto na minha faculdade, o currículo apresentado nas universidades era quase que integralmente vinculado a pesquisadores brancos, masculinos e ocidentais, uma limitação que precisa ser identificada, a nossa formação é uma formação muito diferente da formação que vocês estão tendo hoje. A gente foi formado numa bosta de um curso super etnocêntrico, os professores tinham uma abordagem muito “torre de marfim”, isso na UERJ que já era uma universidade muito mais preta que a UFRJ na época, por exemplo, então um dado que deve ser levado em consideração, a formação dos professores que escreveram esse livro, não como uma justificativa mas como um dado.

A fala do entrevistado D reforça as informações relatadas pelo informante B. Ele afirma que os autores não conseguem abordar o debate decolonial de modo mais aprofundado e expõe a seguir o que considera ser problema na produção da obra:

Qual o problema de um livro didático? Essa resposta vai em cima das regras que disciplinam a produção de um livro didático que vai “de cabo a rabo” do país. O problema do livro é que ele tem limitações por conta do PNLD, e essas limitações nos impõem a fazermos escolhas, mesmo tendo dentro dos dezessete autores pessoas que militam historicamente no movimento negro, sobretudo ligado à educação, mas não somente na educação, a gente precisou deixar de fora essas questões, aí sim vou me dar o direito de mencionar outras: A questão indígena não está, que é outra questão importante no debate decolonial, a questão dos ribeirinhos não está, a questão dos faxinais, são uma série de omissões se apresentam no livro. Elas são de duas naturezas, a primeira é a limitação do livro, não dá para incorporar tudo que desejamos e não dá para incorporar de maneira aprofundada, o que é um problema seríssimo, porque às vezes ao não aprofundar a gente acaba academizando demais o debate, a gente acaba fazendo uma espécie de rosário de autores que lidam com aquela temática, de alguma maneira nos esquecendo que aquele livro é para estudantes de 15 a 17 anos em regra. E a segunda é a pior de todas, a própria incompetência acadêmica nossa de lidar com certos temas, não apenas a questão do negro, mas a questão de populações que não são metropolitanas, se você me deixasse a vontade para dizer qual é o ponto fraco do livro, o ponto fraco do livro é que ele é feito por pessoas de uma região específica do país, é que ele não tem uma pluralidade de autores que cubra minimamente as particularidades do Brasil.

2. A utilização colonial da imagem

O debate sobre a utilização de imagens nos materiais didáticos é extenso e vem sendo colocado em pauta por diversos intelectuais no Brasil, entre eles destaco o trabalho de Paula Menezes, que inclusive é autora da referida obra didática estudada. Através do artigo *A imagem como fardo: subalternidade imagética e o papel da Sociologia na cultura visual escolar*, Menezes (2020) traz reflexões importantíssimas sobre o papel da imagem nesses materiais e como essa utilização feita de uma forma irresponsável pode ser mais danosa do que benéfica aos estudantes que estão em posições subalternizadas em nossa sociedade. De acordo com a autora:

Os conflitos políticos envolvendo o papel da educação institucional não são poucos: eles surgem principalmente da “revelação” de inúmeros aspectos deste currículo oculto, da desconstrução da ideologia dominante, do questionamento sobre o homem branco heterossexual como unidade humana por excelência. A subversão da ação pedagógica, tal como acima definida, acontece no seio da escola, pela penetração dos movimentos negros, feministas e ecologistas, reivindicando a fala e a transformação da representação hegemônica do mundo social. Reivindica-se, sobretudo, uma

outra imagem destes grupos, nos filmes, fotografias, livros (didáticos), ou seja, uma outra visão de mundo. Estas reivindicações, ainda marginais em alguns campos, criam, no entanto, uma forte demanda em torno da representação visual de grupos subalternizados que não desejam carregar o fardo que estas imagens impõem (seja na mídia, publicidades, filmes ou livros didáticos). (...) Nos livros didáticos, a imagem possui duas funções fundamentais: a função ilustrativa (passiva), que serve para dar um estatuto de veracidade ao que está sendo narrado – são, portanto, imagens genéricas que buscam universalizar o que está sendo dito ou ilustrar o “objeto” da área científica em questão; e a função subjetiva (ativa), que visa nomear e identificar aqueles que “descobriram” mundos ou criaram teorias – trata-se das figuras dos cientistas, o “sujeito” do conhecimento – ou de personalidades políticas, esportivas e artísticas. Há ainda uma terceira situação, que permanece subestimada, que consiste na representação de sujeitos históricos, coletividades que participam do jogo mudança/permanência social: estes podem aparecer dentro da função passiva, como objetos de estudo ou como ilustrando um assunto, mas podem também integrar uma função ativa, o que é extremamente raro (MENEZES, 2020, p. 97-101).

Acima, a autora explica a função das imagens nos materiais e como elas acabam se tornando um fardo para grupos específicos, acrescento também os movimentos indígenas a esses coletivos. O pensamento de Paula Menezes foi estruturante para questionamento acerca das imagens utilizadas no livro *Sociologia em Movimento* (SILVA *et al.*, 2016). Começaremos pela utilização da imagem de indígenas na página de abertura da primeira unidade da obra analisada. O título desta seção é: “Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo”, e nela há uma imponente e tocante imagem de um educador indígena pataxó em escola indígena, na aldeia Boca da Mata, no município de Porto Seguro (BA, 2014).

Imagem 1

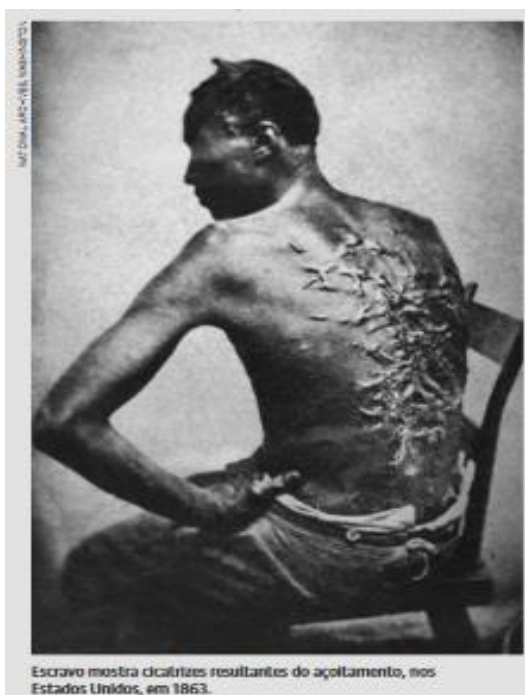


(2014, Renato Soares/Pulsar Imagens, Sociologia em Movimento)

A despeito da presença desta imagem, o primeiro capítulo do livro “Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas” não aborda a temática indígena: neste capítulo a palavra “indígena” é citada apenas duas vezes. A primeira, na própria imagem se referindo à escola indígena e a segunda em um box (que é um espaço muito utilizado em materiais didáticos e que tem o intuito de trazer alguma curiosidade ou complementação sobre temas abordados) que traz os indígenas como objeto de estudo em etnografias.

A segunda imagem analisada está no capítulo cinco: *Raça, etnia e multiculturalismo*, na página de número 118, que por sua vez apresenta a foto de um homem preto com marcas de açoitamento nas costas. Tal imagem se encontra numa discussão com o tema “Raça, racismo e etnia: aspectos socioantropológicos”, que apresenta de forma bem simples a construção do pensamento racista na Europa, começando pelo século XV, ao mostrar como a colonização era justificada a partir de características fenotípicas e culturais, associadas aos interesses econômicos e políticos dos colonizadores, e indo até o século XVIII, onde a cor de pele é apresentada como principal critério classificatório das hierarquias raciais produzidas pelas Ciências Naturais, e que mais uma vez a ideia de superioridade racial era dada através da justificativa de que os povos colonizados possuíam aspectos físicos e culturais diferentes.

Imagem 2



(1863, National Archives, Washington, Sociologia em Movimento)

Certas imagens trazem uma perspectiva pedagógica que se dá através de um clímax de tensão, ou seja, que tem a intenção de chocar o interlocutor. Entretanto, quando se trata de corpos que frequentemente são marginalizados, esse tipo de papel educacional da imagem se torna perigoso, pois assume o risco de reforçar estereótipos racistas. O uso de uma boa legenda pode anular o estereótipo negativo e, em seu lugar, qualificar o debate e a abordagem que toca em temas sensíveis e que, sim, merecem ser enfrentados, tal como com o referido açoitamento. Não se trata de evitar a exposição da barbárie, mas sim de apresentá-la de modo qualificado. Neste último caso, a imagem somente vem acompanhada da seguinte legenda: “Escravo mostra cicatrizes resultantes do açoitamento, nos Estados Unidos, em 1863” (SILVA *et al.*, 2016). Um livro didático caracterizar que um corpo negro escravizado pode ser resumido ao termo “Escravo” é grave, pois este corpo possui um nome, uma história e uma trajetória de luta – e a escravidão não o apagou. Seu nome é Gordon, tal como revela a reportagem intitulada “A slave named Gordon” (GAGE, 2009). Ainda pensando na legenda, a utilização da expressão “mostra cicatrizes resultantes do açoitamento” traz o sentido de que Gordon quis participar dessa exposição de seu corpo, como se toda formação racista da escravidão não retirasse a individualidade desses corpos e os forçasse a passar por situações constrangedoras, como as de terem suas cicatrizes apresentadas como uma atração. A imagem junto a esta legenda se

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 28, 2º sem. 2021, p. 83-97

aproxima muito mais da naturalização da barbárie e subalternidade do que de sua denúncia de forma qualificada.

Na página 143, que trata do assunto *Poder, política e Estado*, observamos um box sobre o patriarcalismo, o que novamente traz corpos negros na situação de escravizados, e como dito acima, este capítulo não traz corpos negros em posição de lideranças políticas:

Imagem 3



(1827, Museu Castro Maya, Rio de Janeiro, Sociologia em Movimento)

Porém, traz na página 140, a imagem de uma família de pessoas negras, formada por mãe e filha para ilustrar relações de poder:

Imagem 4



(Wavebreak Media/Easypix, Sociologia em Movimento)

Chama a atenção a presença de imagens de pessoas negras mais em situações corriqueiras e menos para referenciar relevantes lideranças negras que seguem invisibilizadas.

3. Dificuldade de “ser” indígena na educação básica

No percurso da pesquisa, eu também busquei por uma voz que estivesse inserida no contexto da luta e educação indígena propriamente dita, isso por achar necessária a análise de uma indígena a respeito de tais lacunas. Nas redes sociais (e não na academia) é que tenho encontrado referências e espaço para dialogar com pessoas que ocupam a posição de lideranças indígenas em diferentes setores da sociedade, inclusive no âmbito educacional. Assim sendo, em fevereiro de 2021 foi realizada a quinta e última entrevista, com a educadora indígena Tamikuã Pataxó, diretora do Colégio Estadual indígena da Aldeia Pataxó Craveiro “Aksã Pataxó”, localizado no município de Prado, na Bahia. Travei um fértil diálogo com Tamikuã, que fez questão de ser identificada neste artigo, pois, segundo ela, são nesses espaços e brechas que é possível dar voz ao seu povo e sua cultura e por isso apresento seu nome. Foi de extrema importância para esta pesquisa o contato que tive com esta educadora. A partir dela tive a oportunidade de construir um olhar crítico sobre o posicionamento dos autores perante as temáticas raciais abordadas e de desenvolver uma consciência racial acerca dos povos indígenas do país.

O capítulo oito *Movimentos sociais* é marcado por debates interessantes sobre raça, gênero, classe e sexualidade. Traz temas como o Movimento Sem Terra (MST), o boom dos movimentos sociais na década de 1970, apesar de não explorar de uma maneira incisiva esses assuntos. É o capítulo mais curto entre os três analisados, sua discussão é apresentada em apenas dezoito páginas, porém, ele se propõe a discutir diversos tópicos relevantes para o contexto apresentado, por exemplo: *Movimentos sociais como fenômenos históricos*, *Criminalização dos movimentos sociais*, *Relação com o Estado: parceria e confrontos*, *movimentos contemporâneos: identidade e direitos difusos*, entre outros. Por serem poucas páginas, as questões expostas não possuem o aprofundamento necessário e os temas apresentados são de movimentos sociais majoritariamente brancos, impedindo assim que o debate decolonial ganhasse força no texto. A leitura deste capítulo é feita a partir das lentes de Tamikuã, a interlocução com a educadora foi essencial e estruturante para a realização dessa análise.

Um exemplo de como esse capítulo não aprofunda os temas é o apagamento da discussão sobre o MNU (Movimento Negro Unificado), não é citada de maneira direta a criação desse movimento social, que tem uma importância enorme para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 (NERIS, 2015).

Contudo, o detalhe mais importante deste capítulo é o de se propor a debater os Movimentos Sociais e não citar sequer uma vez a palavra “indígena” O movimento indígena foi completamente apagado do capítulo de uma obra didática sociológica que faz questão de debater temas sociais. O silenciamento da cultura indígena através dessas 26 páginas é objeto de análise durante o diálogo com a educadora indígena Tamikuã Pataxó. A respeito desta ausência, exponho abaixo perguntas feitas a Tamikuã e suas respostas, transcritas na íntegra:

Weverthon: No capítulo sobre “Movimentos Sociais” a palavra “indígena” não é citada sequer uma vez, como estudantes indígenas se sentem ao perceber que suas lutas, culturas e vivências são invisibilizadas nos materiais didáticos?

Tamikuã: Primeiro ficam sem entender o que está acontecendo, se perguntam o motivo de não estarem ali, de não terem sua história contada, depois ficam muito tristes quando percebem que as coisas funcionam desse jeito, porém isso não é uma particularidade dos materiais didáticos de Sociologia, as outras disciplinas compartilham a mesma ideia, o apagamento de nossa luta e cultura.

Weverthon: Qual falta você sente como uma mulher indígena desta temática [indígena] dentro das escolas públicas?

Tamikuã: Já trabalhei tanto em escola não indígena quanto escola indígena, inclusive no meu TCC eu falo um pouco sobre a obrigatoriedade da lei 11.645. É uma coisa que me deixa muito triste de saber que para se falar da cultura de um povo originário de um país é preciso se criar uma lei. A falta de material didático não são só nas escolas de brancos, nossas escolas [indígenas] também são carentes destes materiais, nós não temos materiais específicos, nosso material somos nós que confeccionamos da forma que dá, com o que temos, lembrando que isso não faz da nossa educação inferior, pelo contrário... Então assim, a gente sente falta, para nós que já temos o hábito de utilizar tudo que está a nossa volta para nossa educação [já é difícil], lá fora as pessoas não têm esse manejo que nós temos, então simplesmente passam por cima de nós como um trator, é como se a gente não existisse para a sociedade em determinados momentos... Talvez isso aconteça porque a intenção foi a de acabar com nossos povos, mas acho que o plano não deu muito certo, não é? Estamos aqui ainda, lutando para continuarmos existindo.

Weverthon: O que você acha que deveria estar presente numa obra didática de Sociologia sobre questões relativas à temática indígena?

Tamikuã: Pelo que entendi no livro foi usada a figura do indígena e pouco se falou [sobre sua luta] eu acredito que isso aconteceu pela falta de conhecimento [dos autores], então o correto seria dar o espaço de fala ao próprio indígena, como você está fazendo agora, você queria falar do assunto e não sentiu preparado para falar do assunto sozinho, então deu a mim o direito de fala, é o que eu vejo que faltam nesses livros [didáticos] o direito de fala dos povos indígenas dos povos descendentes de africanos, porque sempre

falam de nós como se não estivéssemos mais aqui e isso machuca, isso dói porque estamos aqui e somos perfeitamente capazes de falar sobre nós... Eu fico muito feliz quando encontro pessoas como você que nos dão essa oportunidade, costumo não recusar trabalhos deste tipo, justamente pelo fato de enxergar que através de você vou poder falar, são essas oportunidades que temos e são poucas, o que mais faz falta é nosso direito de fala, geralmente esse nosso direito é negado.

As reflexões de Tamikuã Pataxó demonstram a carência de debates étnico-raciais presentes no material analisado, e fica evidente, através dos dados coletados referentes a esta pesquisa, que embora haja uma grande contribuição para a sociologia escolar por meio da obra didática *Sociologia em Movimento* (SILVA *et al.*, 2016), tais esforços são insuficientes para contemplar uma abordagem comprometida com os princípios de uma perspectiva decolonial.

Considerações Finais

Através da análise crítica de *Sociologia em Movimento* (SILVA *et al.*, 2016), somada às entrevistas com quatro autores da obra e com a educadora indígena Tamikuã Pataxó, foi possível concluir que a obra não tinha o objetivo de ser decolonial, porém buscou realizar uma abordagem crítica dos temas. Isso nos levou a uma série de problematizações, principalmente na observação dos capítulos selecionados, onde foi identificada a ausência da temática negra e indígena. Os capítulos cinco, *Raça, etnia e multiculturalismo*, e seis, *Poder, política e Estado*, nos permitiram apontar problemáticas presentes na utilização de imagens feitas sem o devido cuidado. Já na análise do capítulo oito, *Movimentos sociais*, principalmente quando consideramos a questão indígena, nossa análise se qualifica com o depoimento de Tamikuã Pataxó. Há, portanto, muito a ser feito, e cabe a nós dar continuidade a este processo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático PNLD 2015. Edital de convocação 01/2013 – CGPLI. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2015. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/40-32-pnld-2015>>

BRASIL. Ministério da Educação. PNLD 2018. FNDE, 2018. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/pnld-2018/>>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

CASTRO, E.; FREITAS PINTO, R. E. (orgs.). Decolonialidade & Sociologia na América Latina. Belém: Ed. NAEA, UFPA, 2018.

DESTERRO, Fabio “Braga do. Sobre livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio”. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, 270 fl.

GAGE, Joan Paulson. “A slave named Gordon”. In: New York Times, North Grafton, Massachusetts, 30 de setembro de 2009.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a Educação como prática da liberdade. Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

OLIVEIRA, Amurabi; ERAS, Lígia Wilhelms. “Por um ensino de Sociologia Descolonizado”. Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PósColoniais, v. 1, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. “Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil”. Educ. rev. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100002&lng=en&nr m=iso>. Acesso em: 24/10/2020.

SANTOS, Natália Neris da S. “A voz e a palavra do movimento negro na assembleia nacional constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos”. Dissertação de Mestrado. FGV/Faculdade de Direito. São Paulo, 2015.

SILVA, Afrânio, *et al.* Sociologia em movimento. 2ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 2. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

WALSH, C.; OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. In: Arquivos Analíticos de Políticas educativas, 26(83), 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3874>. Acesso em: 24/10/2020.